

Estados de Falência

Secretários de Planejamento dos estados mobilizaram-se para levar ao governo um quadro que pintaram como “pré-falimentar” para as suas finanças. No eixo dos problemas encontra-se a dívida pública interna, estadual e municipal, pressionada pelos altos juros reais que incidem sobre os saldos devedores.

Segundo dados do Banco Central, os estados de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, seguidos a alguma distância pelo Rio de Janeiro, lideraram as emissões de títulos de dívida, com volumes que quase dobraram em comparação com janeiro de 1994. Algo semelhante aconteceu com a dívida mobiliária federal fora do Banco Central, hoje situada em torno de 10% do PIB. O estado e o município de São Paulo, somados, respondem por cerca de 50% do total dos títulos emitidos para financiamento da dívida.

Muitas são as razões que empurraram as unidades da Federação, de Norte a Sul, para o quadro de dificuldades em que se encontram hoje: projetos financeiramente mal estruturados, descontinuidade administrativa, clientelismo político, folhas salariais inchadas. Essa situação não foi provocada pelo Plano Real, embora se possa admitir que foi agravada pelas altas taxas de juros. No fundo, os juros altos apenas dramatizaram a impossibilidade de estados e municípios continuarem administrando caoticamente suas receitas e despesas.

O clientelismo gerou folhas de salários que chegam a absorver 95% de todo o orçamento disponível, e isto não se aplica somente às regiões mais pobres. É o caso de São Paulo e de outros estados considerados ricos. A sonegação de impostos, combinada com uma estrutura tributária im-

perfeita, concorre para que os orçamentos de investimento sejam incapazes de atender às necessidades básicas de saneamento, saúde, educação, segurança, transportes coletivos.

A fórmula alternativa encontrada por administradores mais diligentes em prefeituras e palácios estaduais para cobrir suas necessidades de caixa foi o endividamento. É sabido que uma boa parte da pressão sobre os juros partiu de instituições estaduais que pagavam taxas acima do mercado interbancário de crédito. Os juros altos e o colapso de bancos estaduais encarregaram-se de mostrar que esse modelo faliu.

É, portanto, apenas parcial a razão para as queixas de alguns secretários — como o do Rio Grande do Sul —, quando afirmam que os estados brasileiros estão pagando por uma política monetária sobre a qual não têm nenhum controle. Os estados foram sócios na geração da inflação e terão que pagar parte da conta para corrigi-la. A médio prazo isto passa pela revisão da Constituição e pelas reformas administrativa, tributária e patrimonial. A curto prazo, como adequadamente declarou o presidente da República, será preciso considerar caso por caso, pois não há uma poção mágica aplicável ao endividamento coletivo.

Os mais endividados — como São Paulo — podem dar uma importante contribuição para reduzir as taxas de juros, se acelerarem suas reformas patrimoniais. Uma boa reforma patrimonial em todos os níveis — aí incluído o federal — com a venda de empresas públicas, reduzirá o endividamento, contribuindo para que os juros caiam sozinhos pela simples lei da oferta e da procura de dinheiro para títulos públicos.